OPINIÃO

RENOVABIO: REVOLUÇÃO ECONÔMICA E SOCIOAMBIENTAL

ARNALDO JARDIM

Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

ENQUANTO NA Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas realizada em novembro (COP-23), na Alemanha, foi apresentado o alarmante relatório do Global Carbon Project (GCP) apontando crescimento de 2% nas emissões mundiais de CO_2; em 2017, após três anos de estabilidade, o Brasil busca consolidar o seu protagonismo no combate ao aquecimento global com a importantíssima criação do RenovaBio, que está tramitando na Câmara dos Deputados e que pretende substituir, até 2030, até 55% da gasolina por etanol e até 20% do diesel fóssil por biodiesel.

Além de posicionar o Brasil, de forma definitiva, como país da economia verde, o RenovaBio é a oportunidade de revitalizar a cadeia produtiva e reafirmar a liderança mundial em biocombustíveis. Não é só um plano de produção de energia e promoção de mais racionalidade, previsibilidade – tão necessária –, eficiência e redução de custos – fundamentais para o setor produtivo –, mas sim uma estratégia de desenvolvimento sustentável para a geração de renda e emprego. Se o Brasil tem a matriz de combustíveis mais limpa do mundo utilizando 26,8% de etanol mais biodiesel, imagine quanto melhorará com o RenovaBio.



Proposta pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) – que tem Plinio Nastari como representante da sociedade civil –, a implantação do RenovaBio gerará números extraordinários e relevantes melhorias sociais. Segundo dados da DATAGRO, até 2030 serão necessários investimentos de R$ 500 bilhões, gerando o número empolgante de mais de 1 milhão de novos empregos – uma revolução nos 1.600 municípios que cultivam cana-de-açúcar.

O País deve economizar US$ 45 bilhões em importações. Acrescerá 54 bilhões de litros de etanol, quase o dobro do produzido hoje em dia. Olhando a questão da emissão de CO_2, haverá uma redução extraordinária de 166 para 45 gramas de CO_2 equivalente por quilômetro (g CO_2 eq./km), considerando a tecnologia atual dos motores.

Há grande clamor da cadeia produtiva. O RenovaBio é transformador e incorpora nas políticas públicas o conceito de externalidade, atuando não só na ação localizada, mas em todos os desdobramentos. O governador Geraldo Alckmin mobiliza-se em favor deste conceito.

Incorpora-se o conceito de meritocracia, com reconhecimento não uniforme, considerando níveis tecnológico e de evolução. Por exemplo, usinas que têm cogeração receberão um tratamento diferenciado. As que têm cogeração e estão caminhando para o etanol de segunda geração receberão outro, e assim sucessivamente.

Incentivar-se-ão, também, outros combustíveis renováveis, como biogás, biometano e bioquerosene, possibilitando estabelecer metas de redução das emissões de carbono, seguindo os compromissos assumidos no Acordo do Clima de Paris, além de viabilizar a troca de Reduções Certificadas de Emissões (RCEs) relacionadas ao uso de biocombustíveis, fato relevante para o terceiro maior consumidor de combustíveis para transportes do mundo.

O programa RenovaBio representa vanguarda na matriz energética e ganhos ambientais, sociais e econômicos que se estendem por uma longa cadeia produtiva. A Câmara dos Deputados tem um importante papel não somente na aprovação do Projeto de Lei em tramitação, mas também em sua regulamentação. É a hora definitiva de agir: assumir o protagonismo que o Brasil pode e deve ter na construção de uma economia de baixo carbono! ■